

Economia Nacional e o Plano SALTE

JULIO CÉSAR COVELO

(Conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura em 22-12-949.)

Meus Senhores.

CONVIDADO para falar, nesta já tradicional casa, circunstâncias especiais impossibilitaram minha recusa e me proporcionaram o desvanecimento dêste momento e a honra de um ambiente tão próprio.

Fazendo do PLANO SALTE o assunto central desta palestra pois que julgo êsse tema, ainda hoje, de uma oportunidade relevantíssima em função do atual momento econômico brasileiro, solicito antecipadas desculpas e a paciência de todos os presentes pelo assunto escolhido que passarei a abordar, tão destituído de encanto como soem ser, geralmente, os dessa natureza.

Sumamente grato por êste magnífico ensejo, ouvirei, também, com a máxima atenção e procurarei responder esclarecedoramente a tôdas as arguições que, por certo, as deficiências desta palestra determinarão.

Entremos, pois, no assunto.

A elaboração do PLANO SALTE visou conferir, pela primeira vez, à economia brasileira, elementos vitalizadores indispensáveis à propulsão coordenada da marcha nacional para níveis mais elevados, compatíveis com aquêles que descontinuamos como valores no conjunto internacional.

Focalizou êle, como alvo concreto a ser atingido, a posição econômica destacada do país, fora da planura onde a economia colonial exclusiva, amorfa e estagnante, rasteja inerte, ao sabor dos interesses sempre vorazes das potências imperialistas, atentas exclusivamente aos próprios apetites e conveniências, algumas vêzes empenhadas, também, no desgaste rápido e progressivo das áreas ditas coloniais ou de economia colonial, saborosas de que êsse desgaste lhes dificultará, quando não impossibilite definitivamente, quaisquer veleidades de reação construtiva.

Para julgarmos das providências sugeridas e alinhadas naquele Plano, torna-se-nos indispensável, como medida preliminar, rápido exame da nossa situação econômica atual.

Nefasto e costumeiro espírito pseudojustificativo, que classificariam de irresponsável se não merecesse o labéu de altamente criminoso, por constituir manifestação de mero comodismo, é aquêle que invoca a discutível juventude do Brasil como elemento capaz de fazê-lo transpor, vitorio-

samente, crises e desastres nacionais tôdas as vêzes que êstes ocorrem. Êsse espírito acomodatício e impatriótico é o grande culpado pela marcha, em câmara lenta, do nosso precário desenvolvimento econômico e social.

O que vem acontecendo à nação, na realidade, é simplesmente o *reajustamento natural* das coisas, durante e depois das crises que nos tem acometido. Em ambiente convulsionado por discussões estéreis nos momentos difíceis, em que a irresolução e o confusiconismo dos órgãos administrativos responsáveis paralisam qualquer ação própria corretora ou construtiva, os grandes problemas nacionais evoluem ou se diluem num conformismo geral, à mercê de forças aproveitadoras e interesses imediatos, sem lineamentos estruturais de futuro e, por isso mesmo, nefastos à boa e contínua marcha ascendente da vida nacional. E, numa longa e melancólica sucessão de acidentes assim desenvolvidos no transcurso da nossa história econômica, tão breve cu tão longa como a história econômica dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina ou do Uruguai, a proclamada vitalidade moça da nação brasileira vem se estiolando em prejuízo da posição do país no próprio concerto internacional americano.

Em outras palavras, a soma negativa dos efeitos das crises econômicas que nos tem assaltado no decorrer da vida nacional, imponderáveis apenas aos menos atentos, vem constituindo crescente e tremenda sobrecarga para o país, frenadora da sua velocidade média, desejável e possível na senda de progresso, já palmilhada por outras terras tão jovens quanto a nossa.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Meus senhores! Do último recenseamento demográfico nacional, realizado em 1940 e que acusou um total de 41.700.000 habitantes, a evolução populacional do Brasil veio se processando até atingir, no presente ano, por estimativa, a 49.800.000 almas; quer isto dizer que a população brasileira, no último decênio, cresceu de 19,4%.

Feita esta apreciação, fundamental para efeitos de cômputos posteriores, pois que tôda a análise da marcha e dos resultados das atividades nacionais não pode girar senão ao redor da situação demográfica do país, passaremos ao exame global das nossas áreas cultivadas.

VARIAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS

Considerando as nossas estatísticas do último decênio de 1939 a 1948, a área cultivada no Brasil

e que nos tem proporcionado a produção agrícola que desfrutamos, vem apresentando as seguintes flutuações anuais em relação ao ano base, de 1939, em que atingiu a 13.968.416 hectares:

1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948
— 6,7%	— 3,8%	— 9,4%	— 1,4%	+ 6,6%	+ 8,5%	+ 12,7%	+ 13,2%	+ 17,3%

Relativamente à área utilizada especialmente com o plantio dos nossos principais produtos agrícolas, alimentares e industriais, tais como algodão, arroz, banana, batata, cacau, café, cana, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e trigo, o seu aumento no último quinquênio foi apenas de 7,2%.

Se tomamos, para esta análise, apenas os últimos cinco anos foi porque, anteriormente, as nossas estatísticas não especificavam, para cada produto, as variações das respectivas áreas cultivadas, convindo observar que, nesse mesmo período de cinco anos, o crescimento da nossa população, em relação à existente em 1944, atingiu ao índice de 7,9%.

* * *

Com a referência a produtos da indústria extrativa vegetal não poderíamos lançar mão de dados referentes a quantitativos de áreas exploradas, motivo por que usaremos da tonelagem produzida.

Os produtos da nossa indústria extrativa vegetal assinalados nas estatísticas são: o babaçu, a borracha, a castanha do Pará, a cera de carnaúba e a erva-mate.

Em relação a 1939, ano base, a tonelagem global extraída em 1947 sofreu uma redução de 5,4%. Nesse período e em função da produção obtida no ano-base, apenas a borracha aumentou de 101,8%, passando de 16.430 toneladas para 32.739. Este resultado, entretanto, está bem distanciado, ainda, dos quantitativos que a Amazônia já produziu na sua fase áurea, em 1909, aproximadamente há 40 anos portanto, quando atingiu a mais de 42.000 toneladas.

O babaçu aumentou de 4,1% apenas. Os demais produtos — castanha, cera e mate — sofreram reduções de mais de 21%. A própria borracha que, nesta fase, atingiu o máximo de sua produção em 1945, decaiu nos dois anos subsequentes. Infelizmente, ainda não dispomos das estatísticas de 1948.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SUAS FLUTUAÇÕES

Quanto aos produtos agrícolas cultivados, três deles, de importância capital na nossa balança econômica como propiciadores de divisas, sofreram as seguintes reduções nos respectivos volumes produzidos: algodão — 26%, café — 28,6%, e cacau 6,6%. Isso vale dizer que a nossa produção

de divisas decresceu nas mesmas proporções acima assinaladas, uma vez que algodão, café e cacau são produtos intensamente solicitados pelo comércio internacional, havendo, no momento, apenas em relação ao cacau, resistência importadora e consequente tendência de baixa, não por excesso de produção mas por manobras comerciais decorrentes dos preços elevados a que o produto atingiu.

Não poderíamos deixar de mencionar, também, o estacionamento da produção do milho, da batatinha e das frutas cítricas. O primeiro, elemento fundamental da nossa economia de transformação industrial, pecuária e motriz, significa uma soma enorme, também estacionária, de produtos alimentares manufaturados, além de outros como o porco e seus derivados; as aves, os ovos e a própria energia motora das nossas atividades rurais. A estatística produtora da batatinha e das frutas cítricas, em virtude da generalização de seu consumo, vem prejudicando o melhoramento alimentar, quantitativo e qualitativo da população, ao mesmo tempo que a própria elevação do nosso índice de exportação de cítricos.

Embora as estatísticas assinalem, para outros produtos, maiores volumes obtidos no decênio em análises, todos nós sentimos e sofremos, principalmente nos últimos seis anos, as deficiências havidas no abastecimento das nossas populações urbanas.

Verificamos já que a área cultivada no decênio 1939-1948 aumentou de 17,3% ao tempo em que constatamos, também, a produção agrícola nacional ampliada de 45,8%.

Há evidente disparidade nesses dados desde que o ritmo de equilíbrio entre a produção e a área cultivada obedece a uma proporcionalidade cujas variações não admitem saltos. Se considerarmos ainda que a deficiência normal da nossa possibilidade de adubação, agravada pela guerra, aliada à crise de combustíveis e de maquinaria agrícola, também decorrente da guerra, prejudicou os nossos índices de produção, aquela disparidade se evidencia mais chocantemente, ainda porque nesse período foi grande o desvio de braços da agricultura para as atividades extractivas, industriais e urbanas, fenômeno franca e largamente comentado na ocasião.

Nesse decênio, presenciamos o desbaratamento da cultura mandioqueira com a extinção da obrigatoriedade do pão misto que lhe havia proporcionado desenvolvimento sem par, e a derro-

cada dos nossos laranjais que, por falta de exportação e consequentemente de recursos financeiros, durante a guerra, foram relegados ao abandono e à destruição quase totais. Ainda agora, nossa lavoura cítrica atravessa árdua e lenta fase de restabelecimento. E essa queda de produção foi sentida pelo carioca que viu desaparecer a laranja de sua mesa, por muitos meses durante o ano, quando já se habituara ao seu consumo permanente, sem que as exportações voltassem aos níveis de antes da guerra. Todavia, a estatística menciona, em 1948, uma produção de 35 milhões de caixas para uma exportação de 2.800.000, ao passo que, em 1939, quando exportamos 5.600.000 caixas, a nossa produção atingiu apenas a 34 milhões. Entretanto, pela exportação havida e pelo cômputo do consumo interno, estimado com o auxílio de todos os órgãos que interferem no seu comércio e distribuição, a safra total de laranjas, em 1948, só atingiu, aproximadamente, a 3.700.000 caixas.

Positivamente, há alguns enganos na nossa estatística de produção e estes necessitam de retificação, pois nos levam a uma conceituação inteiramente errada da posição econômica do Brasil.

Havendo a produção agrícola mundial superado já os níveis de antes da guerra e estando em pleno desenvolvimento a economia colonial africana, produzira de gêneros e matérias-primas tropicais, por efeito de esforços técnicos, conjugados a auxílios financeiros concedidos, as possibilidades brasileiras de exportação para aqueles produtos vem se reduzindo por força, principalmente, dos nossos elevados custos, como efeito dos primitivos processos de produção adotados. A atual organização econômica da vida agrícola nacional é tão precária que já permite, mesmo para produtos aqui cultivados, a concorrência vitoriosa do estrangeiro dentro das nossas próprias fronteiras.

EXPORTAÇÃO NACIONAL

A exportação brasileira de produtos de origem vegetal, no decênio 1939-1948, aumentou de 76,9% na sua tonelagem. E' necessário esclarecer que êsses dez anos abrangearam toda a guerra e mais o período agudo de reorganização mundial.

Mesmo dentro daquela percentagem de aumento, vistosa e aparentemente confortadora, e que a nosso ver é puramente fictícia, tivemos, para um total de 25 produtos, com déficit de exportação, entre 1939 e 1948. E' fastidioso, mas não podemos deixar de mencioná-los:

Fumo	—	menos	—	28,5%
Cera de carnaúba	—	"	—	10,0%
Óleos vegetais	—	"	—	6,0%
Frutos oleaginosos	—	"	—	18,9%
Castanha do Pará	—	"	—	72,0%
Laranja	—	"	—	49,8%
Borracha	—	"	—	57,7%
Cacau	—	"	—	45,5%
Mate	—	"	—	22,3%
Algodão	—	"	—	20,7%
Banana	—	"	—	31,9%

Entre os produtos que se avolumaram na exportação encontramos a Farinha de Mandioca com 578% de aumento, o Pclvilho com 159% e a Tapioca com 1.649%. Essas percentagens elevadas resultaram de dois fatores acidentais, ambos decorrentes da guerra: a necessidade inadiável de suprimentos alimentares e de matérias-primas para os países em luta, e a desorganização e consequente paralisação da produção asiática, supridora habitual de féculas e amidos aos mercados americano e europeu. Quanto à farinha de mandioca, considerado o anterior desconhecimento, no estrangeiro, de seu uso como alimento, o surto da sua exportação ocorreu, paralelamente, com a intensificação das necessidades das populações atingidas pela guerra e a braços com a fome. Para termos certeza da natureza puramente acidental desse comércio, basta verificar que as nossas remessas saltaram de 2 mil toneladas em 1945 para 120 mil em 1946 e 100 mil em 1947, anos estes das maiores preocupações alimentares do mundo emergido da guerra.

O grupo constituído pelo arroz, milho e feijão teve, também, influindo no aumento de sua exportação, quase que as mesmas razões. A análise das estatísticas nos dá essa certeza. Além da normalização das fontes produtoras dos países atingidos pela guerra e, mais do que nunca, necessitados relativamente ao feijão e milho, como razões da queda de sua exportação, os fatores: tipo, características e qualidade que não são especializadas e nem preparadas, ainda, para mercados externos. O nosso arroz terá que lutar, de ora em diante, com a produção estrangeira para a conquista efetiva de mercados consumidores. Não deve haver ilusões quanto ao atual surto exportador que já entrou em declínio, por força de seu custo e da produção estrangeira em vias de restabelecimento.

Quanto à madeira, com o seu índice de 78,8% de aumento em relação à exportação de 1939, há dois graves obstáculos que prejudicarão a sua posição atual: redução das necessidades criadas pela reconstrução das zonas devastadas pela guerra e escassez da matéria-prima com o distanciamento hoje de drásticas medidas de poupança, há ainda, progressivo das nossas reservas florestais. Isto determinará o encarecimento crescente da nossa produção madeireira e a sua inacessibilidade ao consumidor que procurará outras fontes abastecedoras e outros materiais substitutivos, menos dispensiosos.

Relativamente ao açúcar, além de militarem contra a sua atual posição na nossa estatística de exportação as mesmas razões já argüidas para os outros produtos, temos que o seu comércio externo é francamente deficitário, como tem declarado por várias vezes o próprio Instituto do Açúcar e do Álcool. O nosso obsoleto parque industrial açucareiro e as vigentes condições técnicas da produção de cana não permitem qualquer veleidade exportadora por parte do Brasil.

Deixando à margem, para comentário especial, o nosso principal produto de exportação, que ainda é o café, precisamos frisar que a quase totalidade dos nossos produtos, que lograram aumento

de exportação no decênio, entraram em declínio evidente, de 1947 para 1948.

Estão nessas condições os seguintes produtos:

Cêra de ouricuri	— 36,0%
Manteiga de cacau	— 12,5%
Arroz	— 2,6%
Milho	— 33,1%
Feijão	— 49,5%
Polvilho	— 55,8%
Farinha de mandioca	— 80,1%
Tapioca	— 48,8%

Esses são os aspectos do nosso quadro de exportação nos últimos dez anos.

Considerando, apenas, o primeiro semestre dos anos do último quinquênio (1945-1949), as nossas exportações de matérias-primas e produtos alimentares apresentam, englobadamente, os seguintes resultados em função da tonelagem expedita:

1949	sobre	1945	+	21,7%
1949	sobre	1948	—	20,5%

Se considerarmos que, sob o título genérico de matérias-primas exportadas, a estatística englobou as minerais com as de origem vegetal e que por isso esta apreciação percentual não pode ser realmente expressiva, passaremos a examinar, apenas, os quantitativos relativos à rubrica de gêneros alimentícios que se referem mais diretamente a produtos agrícolas:

1949	sobre	1945	+	38,6%
1949	sobre	1948	—	28,5%

Desses dados resulta a evidência de uma queda brusca da exportação nacional no presente ano.

SITUAÇÃO CAFEEIRA NACIONAL

Agora, comentemos a situação mundial do café e a posição brasileira em relação a esse grande produto. Consideraremos apenas, nestas apreciações, os últimos 20 anos.

Possuia o Brasil em 1928, 2.381.000.000 de cafeeiros em produção. Até 1935 esse total elevou-se a 3.049.000.000 de pés, em consequência de novas plantações, iniciadas como decorrência da sadia política cafeeira de *regularização de embarques*, inaugurada em 1924 pelo Instituto de Café do Estado de S. Paulo, e que vigorou até 1927.

Subseqüentemente, com a substituição da política de *regularização e controle dos embarques* pela de *retenção da produção*, posta em prática pelo mesmo Instituto, já sob outra direção, começou lentamente a decadência das nossas plantações. Embora os maléficos efeitos econômicos e financeiros da nova política retencionista da produção, despercebida até então pela maioria dos nossos lavradores nos seus efeitos imediatos, começasse a se fazer sentir logo após a sua implantação para, evoluindo sub-repticiamente, eclodir, repentinamente, no verdadeiro colapso que atingiu

toda a economia nacional, em fins de 1929, em função exclusiva da crise mundial, as novas plantações de café que vinham sendo efetuadas, só entraram em produção efetiva cinco e seis anos depois. Por esse motivo, nosso máximo de cafeeiros em produção, a despeito mesmo do abandono de cafezais, decorrente do colapso financeiro e da queda de produção, só se verificou em 1935, dois anos após o término da crise mundial, que ainda vigorava entre nós.

Diante do exposto, o patrimônio cafeeiro nacional excluiu crescentemente do primeiro para o segundo quinquênio do período, para regredir ou involuir nos subseqüentes, conforme as seguintes médias quantitativas periódicas.

Quinquênio de 1928-32 — 2.592.000.000 de pés.

"	" 1933-37	— 2.870.000.000	ou + 10,7%
"	" 1938-42	— 2.326.000.000	ou — 18,9%
"	" 1943-47	— 2.218.000.000	ou — 22,7%

sobre 1928-32.

sobre 1933-37.

sobre 1933-37.

Em 1948, as estatísticas só assinalaram 2.179.000.000 de pés para, no presente ano, acusarem a existência apenas de 2.096.000.000 que representam um decréscimo de 31,2% sobre a máxima ocorrência verificada no ano de 1935.

* * *

Agora, vejamos o comportamento da produção brasileira do café, no mesmo período.

De 1928 a 32 produzimos a média anual de 23.934.000 sacas.

Em 1933 — 37 obtivemos a média de 23.315.000, inferior em 2,5% à primeira.

Em 1938 — 42 a média anual caiu para 18.903.000, ou seja — 21% sobre o quinquênio base e, finalmente,

De 1943 a 47, conseguimos, tão somente, a produção média de 14.259.000 sacas o que representa uma queda de 40,4% sobre a produção média de 1928-32.

A produção média de arrôbas por mil pés, em cada um dos quinquênios examinados, foi a seguinte:

anos	arrôba por mil pés
1928-32	37,0
1933-37	32,9
1938-42	32,1
1943-47	25,7

O declínio verificado nessa produção média resultou da falta de cuidados culturais e da queda da fertilidade do solo dos cafezais. Não foi proporcional à redução numérica dos cafeeiros. Resultou de fatores mais graves que atingiram a própria fertilidade do solo e concorreram para o enfraquecimento do indivíduo vegetal e para sua vulnerabilidade às pragas que recrudesceram.

Para o presente ano o D.N.C. estimou a colheita já concluída em 14.413.000 sacas que significaria uma produção média de 27 arrôbas por mil pés. Infelizmente, aquêle mesmo órgão reconhece hoje o exagero da primitiva estimativa. Pode-se afirmar, agora, que a atual safra não irá muito além de 11 milhões de sacas, se tanto, com a média aproximada de 22 arrôbas por mil pés.

* * *

As exportações brasileiras do café, como não poderia deixar de acontecer, acompanharam, também, negativamente, porém em proporções diferentes, a involução da sua economia interna produtora, como verificamos pelo quadro abaixo, relativo ao período em análise.

	Média anual de café ex- portado — Sacos
1.º quinquênio	14.647.000
2.º "	14.248.000
3.º "	12.845.000
4.º "	13.634.000

Em relação ao 1.º quinquênio, as percentagens de queda da exportação foram, respectivamente:

no 2.º quinquênio de	2,7%
no 3.º quinquênio de	12,3%
e no 4.º quinquênio de	6,9%

Quanto aos preços vigorantes no mercado internacional, demonstram êles a insuficiência atual da produção para o consumo do mundo. Evoluiram na razão inversa tanto dos "stocks" existentes como da produção. Assim é que a média do valor global da nossa exportação cafeeira foi

Cr\$

no 1.º quinquênio de —	2.315.000.000
no 2.º quinquênio de —	2.142.000.000
no 3.º quinquênio de —	2.020.000.000
no 4.º quinquênio de —	5.023.000.000

A depressão dos preços resultantes da crise de 1929 permaneceu, praticamente, até o fim do 2.º quinquênio. No 3.º quinquênio, manteve-se pela desorganização dos mercados mundiais em consequência da guerra.

* * *

Os nossos custos de produção sofreram uma progressão que poderá ser perfeitamente avaliada, apenas, pela citação das médias do 1.º quinquênio e as de 1949.

1928-32 — custo médio de produção, opr saco, — 88 cruzeiros.

Ano 1949 — custo médio de produção, por saco — 544 cruzeiros, provavelmente.

As despesas de custeio de mil pés de café, de 1928 a 1932, giraram ao redor de 800 cruzeiros.

No presente ano, essas mesmas despesas atingiram a 3.000 cruzeiros aproximadamente. A média de produção por mil pés, naquele quinquênio, foi de 37 arrôbas ao passo que hoje será apenas de 22.

A composição dêste total de despesas do ano corrente resultou do encarecimento da mão-de-obra, da majoração de impostos e dos transportes, de tôdas as utilidades indispensáveis à produção, inclusive dos adubos, além de despesas de combate à broca do café.

As cotações vigorantes em agosto dêste ano para o tipo 4 Santos, que é a qualidade média do café brasileiro, giraram ao redor de 516 cruzeiros, por saco, em Santos. Esta foi uma cotação excepcional, nunca atingida anteriormente por êsse tipo que estava sendo pago, em New York, à razão de US\$ 31,00, ou seja, 570 cruzeiros, ao câmbio de 18,38. Todavia, até pouco antes, o nosso produtor estava vendendo o seu café, no interior, a um preço variável entre 450 e 500 cruzeiros por saca, que, apesar de excelente quando comparado com as cotações do passado, será possivelmente deficitário, tais sejam os acidentes comerciais futuros que a própria elevação dos preços poderá determinar.

A baixa produção atual, em função das solicitações consumidoras mundiais, é a responsável pelas altas cotações do produto, alta esta que agrava se agigantou, mercê da iminência de menores colheitas.

Considerando que as principais floradas, garantidoras da próxima safra a ser colhida em 1950, desabrocharam de setembro a outubro do presente ano, pode-se afirmar, desde já, que a produção cafeeira nacional próxima futura será menor do que a atual, em virtude da seca que veio e vem castigando duramente os nossos cafezais. Mesmo que as chuvas caídas já, continuem e se desenvolvam normalmente, não mais beneficiarão a colheita vindoura.

* * *

Enquanto, em nossa terra, a economia cafeeira tomou êsse aspecto, vejamos o que aconteceu, no mesmo período de vinte anos, entre os produtores concorrentes do Brasil.

Referentemente à produção, que constitui o principal ponto a ser examinado e que nos interessa profundamente porque é proporcional às extensões das culturas, as quais só se desenvolvem por força de comércio convenientemente remunerador, as condições dos nossos concorrentes, em conjunto, são verdadeiramente brilhantes.

De 1928 a 1932 a sua produção subiu paulatinamente sem grandes recuos, de 8.860.000 sacos para 9.239.000, conseguindo um crescimento de 4,2%, justamente no quinquênio em que a produção brasileira atingiu o seu apogeu. Verifica-se, ainda, pelas estatísticas que, enquanto a produção brasileira se processa entremeada de safras elevadas e baixas, a concorrente se desenvolve e prossegue sem êsses acidentes anuais, considerados entre nós, como fatos normais e inerentes à própria

cultura, mas cujas causas determinam os pontos fracos da nossa economia cafeeira, como é convicção dos técnicos nacionais.

Para não alongarmos esta exposição, pois que o desenvolvimento anual da produção em análise prossegue em ritmo superior ao assinalado entre 1928 e 1932, passaremos a mencionar apenas as médias anuais de produção nos quatro quinquênios:

Anos	Sacos
1928-32	8.658.000 — Base
1933-37	9.512.000 + 9,8% sobre a base
1938-42	12.571.000 + 45,1% sobre a base
1943-47	14.260.000 + 64,7% sobre a base

Já vimos, linhas atrás, como se comportou a produção brasileira no mesmo período, pelas suas médias quinquenais. Todavia, convém relembrá-lo:

Quinquênios	Sacos
1.º	23.934.000 — Base
2.º	23.315.000 — 2,6% sobre a base
3.º	18.903.000 — 21,0% sobre a base
4.º	14.259.000 — 40,4% sobre a base

E' triste reconhecer; mas pelos dados citados o Brasil recuou tanto na produção quanto avançaram os seus concorrentes. E o mais melancólico é que esse recuo foi efetuado sem necessidade e sem que se lutasse para evitá-lo ou mesmo retardá-lo.

O fator qualitativo da nossa produção, também em declínio, é mais um dos resultados negativos da administração que não manteve os serviços especializados nas condições em que já existiram.

Quanto aos valores médios obtidos pela nossa exportação cafeeira, permaneceram êles, mais ou menos estáveis durante os três primeiros quinquênios, havendo, entretanto, grande alta no último, correspondente a pouco mais de 100%.

Poderia ser alegado que os altos preços atualmente pagos pelo nosso café constituem vantagem porque, com menor volume de produção e, portanto, com menor trabalho, estamos obtendo mais que o dôbro dos preços antigos.

Esta alegação seria absurda. Os altos preços atuais, longe de nos beneficiarem, mesmo porque serão possivelmente deficitários em relação ao custo de nossa produção, como ficou demonstrado, fatalmente estarão provocando maior e mais rápido desenvolvimento da produção concorrente.

Se, na base dos preços antigos, os nossos concorrentes desenvolveram a sua produção aos níveis verificados, imagine-se o que nos aguarda, daqui para o futuro, sabendo-se ainda, que a mais volumosa parcela da produção nossa concorrente obtém, nos mercados mundiais e especialmente no norte-americano, cotações especiais com acentuado ágio sobre o do nosso produto.

Assim é que, enquanto o tipo 4 Santos obtinha na praça de New York \$ 31,00 por saco (correspondente a 567,30 cruzeiros ao câmbio de ... 18,38), o Venezuela, que constitui aproximada-

mente a qualidade média dos nossos concorrentes, estava obtendo, pela mesma unidade, US\$ 37,00 ou 680 cruzeiros, ao mesmo câmbio.

Fator importantíssimo a favor dos nossos concorrentes é, ainda, o representado pelo seu menor custo de produção.

No passado, tivemos ainda o concurso da "Broca do Café" na eliminação de concorrentes produtores. Hoje ela é força negativa aqui também. Se, entretanto, o combate químico da praga for eficiente como parece, constituirá esse recurso defensivo para todos os produtores do mundo, não nos beneficiando isoladamente.

Estamos, portanto, numa incrível situação. Enquanto o Brasil cafeeiro se debate agoniado com produção decadente por unidade e por área, com seus custos de produção deficitários em relação aos mais elevados preços até hoje alcançados pelo produto, os nossos concorrentes ampliam e aprimoram a sua produção. Qual será o desfecho desta situação? Contra nossa própria vontade que se rebela apesar da evidência, surgem em nosso espírito os laranjas do caso da nossa laranja levada para os Estados Unidos e o da borracha exportada para a Ásia.

Nada adianta apurarmos aqui ou atribuirmos responsabilidades pelas várias diretrizes desastrosas de nossa política econômica em relação ao café, ou indicarmos incompetência ou o desleixo administrativo deste ou daquele órgão, deste ou daquele administrador. O essencial e que tique patentemente clara a situação atual, terrivelmente agravada para toda a nação, apesar da alta.

O país está hoje a braços com uma grave crise de divisas para importações imprescindíveis, por força do declínio de suas exportações, como consequência da menor produção, acentuada de meados de 1947 para cá. Devemos contar com o agravamento dessa situação, principalmente, porque o grande produtor de divisas que ainda é o café, proporcionará, neste e no próximo ano de 1950, as menores colheitas dos dois últimos decênios.

O fracasso das floradas de setembro e outubro determinantes da última e subita elevação desproporcionada dos preços do produto, permitiram, momentaneamente, maiores suprimentos acidentais de divisas ao país, ao lado do atual e intenso surto de plantações novas em todo o mundo.

Assim, sendo, dentro de seis anos, quando essas novas plantações entrarem em produção, a concorrência estrangeira suplantará a produção nacional no abastecimento mundial, em consequência do seu menor custo e melhor qualidade, se, desde já, medidas defensivas acertadas não forem adotadas pelo Brasil, que, caso contrário, passará a simples complementador das necessidades mundiais, desde que ainda haja complementares fornecimentos a serem cobertos. E o Brasil não possui e nem poderá improvisar em tão curto espaço de tempo, produção substitutiva do café, que nos possa proporcionar as divisas de que tanto necessitamos já.

PRODUÇÃO NACIONAL "PER CAPITA"

Encarando o volume da exportação nacional, não poderíamos deixar de considerar o seu índice "per capita" que reflete as condições do nosso meio produtor.

Nos três anos antecedentes à deflagração da guerra, nossa exportação "per capita" comportou-se da seguinte maneira:

	Kg
Em 1937 exportamos	84,100
Em 1938 exportamos	96,600 e
Em 1939 exportamos	102,800

A partir de 1940 até 1945 a nossa tonelagem exportada decresceu aos índices que passamos a relacionar:

1940	77,600
1941	83,200
1942	61,600
1943	61,500
1944	60,000
1945	66,100

Terminada a luta armada em 1945, e diante de um mundo exausto, desorganizado e faminto, a nossa tonelagem exportada pouco aumentou nos três anos subseqüentes, enquanto continuávamos a lutar contra a maior crise alimentar interna que vinha assolando o país desde 1942.

Assim é que exportamos:

	Kg
Em 1946	77,900 "per capita"
Em 1947	78,700 "per capita"
Em 1948	95,200 "per capita"

Voltando nossas vistas para o período da primeira guerra mundial e considerando que os instrumentos de trabalho e a técnica de produzir, na época, eram menos eficientes que os atuais, tanto quantitativa como qualitativamente; que, a exportação de matérias-primas estratégicas foi menor do que nesta segunda guerra; que a nossa exportação de produtos industriais não influiu na tonelagem exportada por ser incipiente ou embriônario o parque industrial do país; somos forçados a aceitar que a nossa economia produtora, de então, foi mais eficiente do que a de hoje, mesmo porque os meios de comunicações e transportes eram infinitamente menos variados.

De 1912 a 1920, a nossa tonelagem exportada, "per capita" obedeceu a um crescimento regular e equilibrado que, partindo de kg 54,300, atingiu a kg 76,600, sem oscilações.

Considerando as exportações efetuadas entre 1912 e 1920 (período da 1.ª grande guerra) e as verificadas de 1937 a 1947 (2.ª grande guerra), observamos que para um aumento de 61%, entre os anos extremos da primeira guerra, só obtivemos 14% entre os da última.

PANORAMA RURAL

Meus senhores! Já dissemos em outro trabalho e aqui repetimos que a história econômica brasileira é constituída de uma série de lentos

avanços e rápidos recuos, em linha ascensional, quase imperceptível, onde o padrão da vida nacional, ainda que modesto, não chega a ser atingido. A situação presente da nossa economia cafeeira é um dos mais evidentes e dolorosos exemplos dessa afirmativa.

Erigida pela capacidade construtiva do brasileiro, constituiu ela assim, no setor agrícola, sem que talvez o percebêssemos, um dos maiores fenômenos econômicos até hoje verificados no mundo. Comprovando a inteligência, a tenacidade e o valor construtivo do nacional, já era realidade, antes da entrada do imigrante estrangeiro que, incontestavelmente, veio proporcionar ao país maior vitalidade construtiva na senda do progresso que passamos então a palmilhar. Pois bem. Nesse momento surpreendente, devido à ação ordenada e corajosa do brasileiro, que maravilhou a todos os grandes economistas e sociólogos mundiais que dêle tiveram conhecimento exato e que o examinaram "de visu", já se manifestam os efeitos calamitosos de injustificável desagregação crescente, por força exclusiva de erros cometidos por administrações sem a indispensável estatura proporcional à qualidade construtiva do povo brasileiro.

Será mais um recuo de efeitos desastrosos incomensuráveis a ser assinalado na vida econômica do país, se medidas enérgicas, eficientes e contínuas não forem adotadas pelos órgãos que tenham responsabilidade no equilíbrio econômico e social do país.

No momento, e já o dissemos em outra ocasião, o triste quadro rural brasileiro continua tendo como fundo: analfabetismo quase total para a sua população que é preponderante; ausência de assistência social apesar da salubridade precária; índices surpreendentes de mortalidade infantil; deficiência de escolas primárias, profissionais e técnicas; esgotamento das terras cultivadas; distanciamento progressivo das terras virgens dos centros habitados; fertilizantes e inseticidas a preços proibitivos; êxodo para as cidades, e redução das áreas cultivadas que é o que significa o pequeno crescimento destas em confronto com o da população e das suas necessidades.

Esses aspectos focalizam também a necessidade inadiável de reforma agrária que mobilize, em benefício de produtores rurais, as áreas latifundiárias inaproveitadas e estrategicamente situadas em função dos centros consumidores, dos portos e das vias de transporte.

A vida rural hoje é pior que há dez anos atrás. Se focalizamos a vida rural é porque ela sintetiza a economia nacional. Desenvolvimento industrial e prosperidade geral são incompatíveis com economia rural deliquescente como a atual, que tira ao camponês toda a capacidade aquisitiva. Fonte de matéria-prima industrial e consumidora da manufatura, está sendo compelida a falhar nesse duplo aspecto. Resultará disso, inevitavelmente, como já vem sendo observado, crise industrial e marasmo comercial, o que vale dizer crise geral, uma vez que só será possível exportação dos nossos produtos industriais à base de matéria-prima na-

cional e não da importada, que lhe traria concorrência privilegiada.

O pauperismo reinante no interior brasileiro não resulta da incapacidade individual de produção mas das condições acima assinaladas, somadas a outras preponderantes, como a carência do crédito e a sua inexistência absoluta sob forma descentralizada.

Num ambiente cujas condições esboçamos, assolado ainda pelo intermediarismo comercial decorrente da inexistência do aparelhamento econômico de distribuição da produção, não é possível a existência de recursos transportadores eficazes. Para uma produção migratória e fiutante como a que temos conseguido até hoje, não é possível transporte perfeito e econômico.

POLÍTICA FINANCEIRA

Em trabalho que executamos anteriormente e do qual, neste momento, não podemos deixar de reler um pequeno tópico, dissemos que, "a nova diretriz imprimida à política financeira governamental, sob a alegação de inflação, veio prejudicar a atividade produtora do país. O meio circulante era exorbitante, dizia-se. Entretanto, o país vegetou durante trinta anos sob o regime de uma disponibilidade circulante "per capita" ridícula e que se manteve até 1940. De 40,2 cruzeiros em 1910 passamos apenas para 124,3 em 1940. Essa modificação quantitativa é ainda inexpressiva se consideramos que o trabalho evoluiu integralmente, do manual para o mecânico, paralelamente à técnica e à cultura geral que nos últimos trinta anos promoveram verdadeira transfiguração nas condições materiais do mundo. E o Brasil até esse ano, principalmente o Brasil rural que é o fundamento nacional, pouco evoluiu.

À inflação que se combate, atribui-se o encarecimento da vida. Ao propalado excesso da moeda, o seu aviltamento.

Entretanto este aviltamento só se verificou dentro do país em consequência da escassa produção de utilidades que, por sua vez, além de outras causas, decorria da deficiente orientação do crédito.

Iniciou-se o combate à inflação. Deflacionou-se o crédito e o custo da vida elevou-se mais e ainda se elevará porque sem crédito não pode haver produção organizada. Quanto à política financeira do governo, que deveria ser a de bem orientar as correntes de crédito para as atividades produtoras a fim de incrementá-las, agiu no sentido de sua restrição e de uma restrição brusca.

As atividades imobiliárias nos grandes centros urbanos foram excepcionalmente bem contempladas pelo crédito vigorante até 1946. Dados os recursos financeiros nacionais, consideramos que esse foi o grande mal. Refuta-se isto com a alegação de que ainda hoje há falta de habitações nos grandes centros. Todavia, o incontestável é que se o crédito não houvesse faltado para a produção, não teríamos observado êxodo tão pronunciado dos campos para a cidade. O contrário é que se

daria, com o desenvolvimento de toda a estrutura econômica e social do interior. Não houve equilíbrio na distribuição do crédito. Enquanto praticamente só o Banco do Brasil concedia financiamentos rurais, nas bases e pela forma que opera, as atividades imobiliárias urbanas se desenvolveram custeadas pelos Bancos em geral, pelas Caixas Econômicas e pelas autarquias.

Enquanto isso, a nossa moeda resistia a qualquer desvalorização no exterior, apesar da elevação do meio circulante em 292,6%, de 1940 a 1948. Considerando apenas o dólar, as cotações oficiais em relação à nossa moeda evoluíram de 19,79 em 1940 para 18,65 atualmente, o mesmo acontecendo no mercado livre que de 16,61 passou para 16,50 em 1946, quando por força do controle cambial, passou a vigorar o mercado negro da moeda.

As reservas de ouro que em 1940 perfaziam a quantia de Cr\$ 1.290.877.000,00, elevaram-se para Cr\$ 7.140.947.300,00 em 1947, o que representou um aumento de 460%. De 1940 a 1947 o nosso saldo de exportação foi de Cr\$ 16.414.987.000,00 resultado do comércio da guerra. Nesse aspecto a situação atual não precisa de comentários.

O próprio desequilíbrio da nossa balança comercial, que vem se acentuando de 1947 para cá, não afetou ainda a estabilidade cambial do cruzeiro. Todavia, no mercado negro o dólar está sendo vendido a Cr\$ 30,00 em média.

A atual escassez de divisas para atender às imperiosas necessidades da importação, decorreu do descontrôle havido nas importações subsequentes à guerra. Visaram estas, principalmente, o conforto das populações urbanas, finalidade perfeitamente adiável considerada a urgência de reequipamento melhorador da nossa produção que sofre hoje os efeitos graves dessa situação.

Constatamos o marasmo da vida econômica do país enquanto o meio circulante se manteve praticamente estacionário durante quase trinta anos. Nesse período, ao lado da duplicação da população do país, as suas condições econômicas gerais permaneceram imutáveis, sujeitas, apenas, a leves modificações vegetativas. O maior surto de atividades nacionais verificou-se posteriormente, embora ele se manifestasse em setores menos recomendáveis que outros mais reprodutivos e convenientes à economia geral.

As diretrizes da atual política financeira do Governo, de combate "à outrance" ao que ele admite seja inflação, está repercutindo desastrosamente em todo o presente momento, quaisquer resultados comprovantes do acerto dessa norma de ação oficial.

Criou-se propositadamente desnecessária e prejudicial crise de meios de pagamento, tanto mais grave porque lançada no justo momento em que as atividades internas decorrentes da guerra começavam a entrar num período de transição: quando a própria ação oficial deveria se exercer, como resultado de indispensável controle importador, no sentido de melhor reaparelhar o nosso parque de materiais já desgastados, em apoio do

reajustamento da economia brasileira no sentido de sua consolidação, para enfrentar, com estabilidade, o novo período de normalidade que a paz estabelecia.

Como fruto da deflação do crédito, estabelecida de modo repentino em meados de 1947, temos agora os primeiros resultados, corporificados pela menor exportação do semestre inicial deste ano, e pelo consequente agravamento das nossas dificuldades na obtenção de divisas.

No primeiro período do ano em curso exportamos menos que no seu correspondente de 1947 e menos ainda 423.517 toneladas que no do ano passado. Em valor, essa exportação caiu de 1.571.000.000 de cruzeiros. Ao lado disso as nossas importações baixaram de 12 bilhões para 8.754.000.000,00 no mesmo período.

Esses efeitos da deflação do crédito sobre a nossa balança de intercâmbio, aliados a causas secundárias, só agora estão se evidenciando porque a deficiência de numerário, resultante da política deflacionista iniciada em 1947, passou a prejudicar a produção de 1948 só exportável em 1949.

Se anteriormente o nosso crédito, por efeito de deficiente orientação, concentrava-se em atividades urbanas, como poderia ele influenciar, tão enérgicamente, no sentido negativo, os setores da produção rural a fim de ocasionar o desequilíbrio citado pelo seu cancelamento? A resposta a esta pergunta torna-se óbvia desde que é conhecido o interesse do comércio pela produção, sua única razão de ser, principalmente do que dele depende financeiramente por falta de recursos aos próprios ou de crédito especializado. Atingidos a indústria e o comércio em geral, pelo cancelamento do crédito, automaticamente os mais distanciados setores da produção foram prejudicados também naquele mínimo de recursos que lhes chegava como sobras das atividades urbanas, bem irrigadas de numerário pelo crédito fácil. Fazia-se mister, preliminarmente, um acurado estudo analítico da situação nacional e da sua posição no ambiente internacional para adoção de medida tão grave. Impunha-se, antecipadamente, um planejamento de ação administrativa e das próprias atividades na esfera coletiva da produção, prevendo as reações que poderiam ocorrer e, principalmente, as que deveriam ser provocadas no sentido construtivo e de propulsão do progresso nacional. À falta dessa prévia análise, cuidadosa e imprescindível, resultou o desequilíbrio que estamos sentindo.

O crédito, como verdade acaciana, é o insuflador de energia criadora. É a corrente sanguínea que, irrigando órgãos e membros, faculta-lhes vitalidade e produção equilibrada. Consequentemente, se essa irrigação for canalizada com orientação consciente, só poderá produzir resultados úteis, sem o perigo de plethora ou anemias, de desequilíbrios ou colapsos. Nessas condições, a política crediária e financeira de qualquer órgão ou nação só poderá ser exercida, construtivamente, mediante a prévia adoção de rumos condizentes com a realidade econômica, conhecida em seus detalhes.

Diante dessa ordem de idéias e do exame, embora superficial, que acabamos de relatar sobre as precárias condições econômicas atuais do país; diante da verificação insofismável de que os fatos de hoje, longe de serem fenômenos isolados, constituem prosseguimento de ocorrências idênticas, comuns na vida nacional; diante da evidente falta de identidade ou de mera semelhança dos sucessivos programas e rumos de ação dos nossos administradores e homens públicos que se sucedem, diante, ainda, da constatação de que êsses programas de ação poucas vezes resultam do simples estudo de uma situação de momento, ou mesmo de um problema isolado, quanto mais do de um ambiente econômico e social para progresso em função do meio internacional, chega-se à conclusão de que é indispensável, daqui para o futuro, que a ação administrativa oficial seja definida e orientada por planejamentos a serem cumpridos até seu término efetivo. Esta conclusão é forçada, principalmente, pela atuais contingências econômicas e sociais do mundo que não mais permitirão, impunemente, o desbarato ou a improdutividade de patrimônios materiais ou territoriais, julgados valores importantes à comunhão mundial, principalmente quando êsses patrimônios não tenham para defendê-los, a ação atenta, ágil e suficientemente respeitada de um órgão nacional forte, capaz de justificar o desperdício ou o seu imperfeito aproveitamento.

Ao eminente General Juarez Távora não passaram despercebidas essas contingências iniludíveis. Em recente conferência, o ex-ministro da Agricultura arrolou as seguintes forças negativas que se antolham ao reerguimento da economia nacional:

- a) dispersão da população sobre uma área enorme, dentro da qual seu "valor relativo" se amequina;
- b) precariedade das interligações econômicas dos núcleos populacionais, disseminados no território;
- c) dificuldades opostas à atividade humana pelo clima (calor, endemias, etc.), e pela natureza do solo (erosão, óbices às linhas de transporte terrestres, etc.);
- d) quase completo desaparelhamento do nosso homem (ignorância e insuficiência física) para enfrentar vantajosamente os óbices da natureza;
- e) fraca utilização da máquina como elemento multiplicador de energia humana (51% de energia utilizada no Brasil ainda é de natureza muscular);
- f) fraco espírito de iniciativa individual especialmente para os empreendimentos pioneiros — agravado, de um lado pelas dificuldades de crédito, e, de outro lado, pela sua sugestão crônica das clientelas políticas ao empreguismo oficial;
- g) ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos;
- h) exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da municipal".

PLANO SALTE

Não significou o PLANO SALTE a concretização exclusiva de um capricho governamental momentâneo para efeitos demagógicos, perante a

opinião pública. A necessidade do seu preparo, além de decorrer mesmo das manifestações contínuas da própria opinião pública a clamar contra as deficiências da produção de utilidades e os excessos de seu custo que precisavam ser corrigidos sem a continuidade do emprêgo de artificialismos, promanou de claro preconício constitucional, que deu ao Executivo o encargo de orientar os rumos basilares da economia nacional.

No estudo e preparo do referido Plano, os seus elaboradores não se ativeram, apenas, ao planejamento para um período de ação, embora transpusse êste os limites temporários de um governo para o subsequente. Conquanto a execução do Plano obrigue dois governos sucessivos aos imperativos de trabalho programado, não desempenhará função criadora, se ao primeiro não se seguirem outros, preparados sucessivamente, em perfeita harmonia e conexão com os imediatamente anteriores. Isto quer dizer que a aprovação do primeiro planejamento econômico do país, automaticamente, imporá ao legislativo, a aprovação, em tempo oportuno, dos subsequentes. Procedimento contrário seria absurdo por dois motivos: porque a falta de novos planejamentos sucessivos e conexos reduziria, para em seguida anular, o valor construtivo daquele, e ainda porque, é fatalidade cristalina no mundo de hoje, o perecimento efetivo e irrecorável das nações que não desenvolverem sua ação, em todos os setores de atividade, em obediência e antecipadas diretrizes, fixadas pelo estudo do meio nacional, em função das contingências internacionais. E essa verdade, encerra, na sua própria simplicidade, a indicação dos riscos e das desgraças nacionais decorrentes de sua interpretação negativista.

O PLANO SALTE foi elaborado e apresentado ao Congresso em data suficientemente calculada para abranger metade do período governamental em curso e metade do subsequente. Este preconcebido procedimento tinha e tem a intenção e a faculdade de eliminar a apresentação de programas governamentais heterogêneos ou discordantes, como até hoje, de candidatos e governantes futuros. O Poder Executivo será essencialmente executor de programas resultantes dos planejamentos preparados por elites de técnicos especializados, analistas conscientes e minudentes de todos os fatores que deverão determinar as rotas mais convenientes e eficazes ao esforço construtivo nacional. O próprio Congresso, na sua faculdade soberana, de caráter julgador meramente político, ficará adstrito à aprovação das conclusões dos técnicos e elaboradores dos planejamentos, ou exercerá sua atribuição crítica mediante, também, um pronunciamento absoluto e essencialmente técnico de órgãos consultivos especializados, integrantes ou não desse mesmo Poder Legislativo.

Há, ainda, um detalhe importante a esclarecer quanto ao procedimento fundamental para planejamentos saudos. E' aquêle que se refere ao conceito de obrigatório pronunciamento interferente

de técnicos ligados a interesses privados, por força da própria condição profissional, e à manifestação opinativa de elementos coletivos, representativos de interesses privados ou de classes.

Esses elementos poderão manifestar-se espontaneamente ao órgão planejador ou quando solicitados por êste, sem que essa interferência ultrapasse as raias de simples colaboração, que será aproveitada ou não nos planejamentos em preparo. Os possíveis perigos de procedimento contrário são demasiadamente evidentes para merecerem outros esclarecimentos. Será esta diretriz contrária ao velho consenso de economia liberal ou a liberal democracia ficará arranhada pela honesta providência de se sobrepor o interesse geral a possíveis insídias de interesses privados; de salvaguardá-lo de manobras prejudiciais à coletividade? Não, de certo que não. Trata-se apenas de uma adaptação político-econômica, indispensável à própria sobrevivência da democracia, que não se pode enquistar em suas formas primitivas. A política se coloca no tempo e no espaço, sob pena de se transmudar em ridículo fetiche, a serviço de interesses inconfessáveis.

* * *

O Setor Alimentos do PLANO SALTE, por ser o mais focalizado, tanto em virtude do momento atual como pela sua preponderância em relação aos demais aspectos da vida econômica e social brasileira, foi objeto de acurados estudos quando elaborado por uma Comissão de técnicos oriundos do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e do Ceará, constituindo uma equipe de 28 profissionais especializados, todos pertencentes a quadros técnicos oficiais, federais, e estaduais, nas seguintes proporções: 64,3 federais e 35,7% estaduais, sendo que o Estado de São Paulo forneceu um brilhante contingente constituído por destacados elementos de valor incontestável.

No Setor Alimentos, a parte vegetal mereceu amplo estudo, sendo focalizados os problemas atinentes ao fomento da produção, do açúcar, fibras, arroz, batata, cacau, café, chá, feijão, fumo, forragens, mandioca, milho, mate, horticultura e fruticultura, silvicultura, óleos, trigo e vitivinicultura. Na produção animal, estudaram-se os seguintes problemas: possibilidades ecológicas, carnes e derivados, leite e derivados, defesa sanitária do rebanho, assistência técnica ao criador, aquisição de reprodutores, inseminação artificial, problema agrostológico, bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, apicultura, peixe e pescado, sericicultura, industrialização, armazéns frigoríficos, transportes, formação de pessoal especializado e aplicação dos recursos.

A defesa econômica — a nosso ver o aspecto mais importante — fixou bases e diretrizes para: distribuição da produção — armazenagem, garantia da produção — preços mínimos, armazéns e silos, conservação do solo, defesa sanitária vegetal,

fertilizantes e corretivos, imigração e colonização, mecanização agrícola e fazendas educativas.

A defesa financeira se processará por intermédio do crédito agrícola, do seguro agrário, consubstanciados no Banco Rural, ficando também devidamente encarecido o desenvolvimento do cooperativismo e das pesquisas, a par de dois planejamentos regionais: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense.

Assim, do PLANO SALTE o Setor Alimentos é o que na realidade mais direta e imediatamente influi, não apenas na satisfação das necessidades alimentares do país como na produção e preparo de matérias-primas para as nossas indústrias e no desenvolvimento das exportações. Isto vale dizer que desse setor dependem o melhoramento das precárias condições do nosso padrão alimentar, qualitativo, quantitativo e de custo; o funcionamento desafogado e regular da nossa indústria, pela satisfação das matérias-primas a ela indispensáveis; pelo revigoramento das exportações nacionais e consequente melhoria das atuais condições produtoras de divisas, impositivamente necessária ao levantamento da presente situação, no que diz respeito, principalmente, às prementes necessidades de reequipamento do país no que tange a material mecânico e automotor; pelos reflexos gerais benéficos na arrecadação fiscal, propiciadora de atuação construtiva e assistencial do governo, assim como do equilíbrio orçamentário.

Não pretendemos com estas considerações inquinar de menos importantes os demais setores do Plano — os de Saúde, Transporte e Energia — que na realidade são interdependentes. Todavia, as atividades produtoras, perfeitamente orientadas e conduzidas de forma equilibrada pelos lineamentos estabelecidos no Plano, insuflarão sangue novo e entusiasmo no campo produtor, principalmente no rural, entusiasmo justificado pelo ação seguro, eficiente e contínuo que não mais decepcionará provocando receptividade ampla e razão de ser às providências construtivas dos demais setores citados. Demorada seria a colheita de resultados pela execução dos programas dos setores de Transporte e Energia sem a prévia emulação no campo produtor. O próprio Setor Saúde teria reflexos no seio de uma população rural desarborada e empobrecida, desanimada mesmo para reagir ao influxo das necessárias medidas levantadoras do índice geral de saúde.

Meus senhores! Infelizmente não constitui segredo a limitação dos discretos recursos financeiros nacionais. Diante desse imperativo, teve que se ater, forçadamente, a comissão elaboradora do Setor Alimentos. Dada esta contingência restritiva e intransponível que não lhe permitia senão o estudo dos problemas mais prementes e de possíveis reações úteis mais imediatas e benéficas à nossa economia, no decurso da realização desse primeiro plano, outro critério não sobrava à sua

orientação de partida, senão o de delimitar, no país, as áreas econômica mente mais aptas e as atividades mais interessantes no sentido reprodutivo, que pudessem receber, primeiro, o influxo das medidas e providências a serem traçadas.

Para a própria segurança de execução de outros planejamentos futuros, valiosos elementos que existem em potencial na nossa pátria foram postos à margem, no presente estudo, pois que uma tentativa de sua mobilização, no momento, consumiria recursos já escassos que só poderiam ter reprodução remota.

Em outras palavras: cogitou-se de produzir, com urgência, a necessária soma de valores que permitam não só a travessia da presente fase difícil, como a mobilização posterior de outros recursos valiosos que todos reconhecemos possuir. De acordo com o mesmo critério, não foram consideradas regiões ou zonas que, embora de grandes possibilidades futuras no desenvolvimento da riqueza nacional, estãe hoje desprovidas, ainda, de quaisquer aparelhamentos econômicos indispensáveis, de índices demográficos que seriam necessários e de condições sociais abaixo dos mínimos exigíveis.

Da mesma forma, zonas e regiões paralisadas por decadência precoce e jazendo agora ao desamparo dos antigos recursos materiais, sociais e demográficos que as vivificaram e hoje desaparecidos, só poderão ser aquinhoadas em futuros planos de reerguimento, por força de recursos nacionais decorrentes das realizações agora planejadas.

Diante das considerações expostas, constituiria erro imperdoável malbaratar em-se os modestos e difíceis recursos financeiros atuais do país naqueles empreendimentos que, embora necessários, não encerram visível possibilidade retributiva menos demorada, facultadora de ação construtiva futura mais ampla. Agindo assim, ter-se-á efetivamente promovido o máximo aproveitamento de seus recursos, com a máxima colheita de resultados.

* * *

Na fase final de sua elaboração, foi o Plano submetido, por iniciativa do próprio Executivo, ao exame crítico e aprovação da Comissão Interpartidária que agiu eficientemente, imprimindo ao seu próprio exame um cunho eminentemente construtivo. Visou o Governo com essa interessante e utilíssima iniciativa, além de escoimar o trabalho executado das imperfeições e erros possíveis, conseguir, principalmente, o andamento rápido do mesmo no Congresso Nacional, na pressuposição de que o consenso político partidário, vigente no legislativo, respeitasse a decisão dos representantes dos três partidos políticos ditos majoritários, constituídos, para aquêle efeito, em comissão interpartidária.

Traduzido para o inglês, mereceu o Plano incisivos encômios do "The Economist" de Londres e dos órgãos técnicos da O.N.U., depois de ter sido considerado, no Relatório da Comissão Abbing, "contribuição notável", que fornece "uma base para o desenvolvimento de planos destinados

a fomentar uma economia de expansão gradativa que constituirá uma nação forte de população feliz e próspera". E em recente discurso pronunciado em Lake Sucess, o referido técnico norte-americano afirma que "se as recomendações feitas no relatório forem cumpridas, confio em que o Brasil será uma das mais prósperas nações do mundo muito antes de que termine o século XX".

* * *

Constituindo o PLANO SALTE um conjunto harmônico de providências construtivas que abrange os principais setores das atividades nacionais, e não podendo por isso ficar adstrito senão a órgão que possua a necessária amplitude de ação sobre todos os quadrantes administrativos e realizadores do país, deverá subordinar-se a uma comissão executora sob a chefia direta da Presidência da República, cuja eficácia dependerá de plena autonomia e da sua própria capacidade técnica. Estas condições serão indispensáveis ao êxito do empreendimento, já pela função supletiva do órgão, já pela impossibilidade de sua sujeição às normas rígidas dos regulamentos e dos excessos burocráticos, assim como pela necessidade impositiva da máxima mobilidade dos recursos financeiros que lhe forem atribuídos.

Assim, a firmeza administrativa do Estado deverá se manifestar através de permanente apoio às atividades da Comissão que sofrerá, indiscutivelmente, a ação de artimanhas e da resistência passiva daqueles que serão atingidos e contrariados nos próprios interesses, de vez que o Setor Alimentos constitui o campo de ação mais fácil e amplo aos aproveitadores do trabalho agrícola.

A essa Comissão Executora, sob a chefia direta da Presidência da República, competirá o entrosamento da ação federal planejada, com as atividades estaduais, a fim de que se estabeleça a indispensável harmonia de procedimento conjunto para o aproveitamento máximo dos recursos gerais da nação. Nesta linha de idéias as despesas estaduais deverão ser condicionadas a planos estudados conjuntamente pela Comissão Executora e elementos técnicos de cada unidade. Aliás, essa norma de procedimento já foi iniciada, por ocasião do preparo do PLANO SALTE, quando os Estados do R.G. do Sul e Bahia compareceram, por intermédio de seus técnicos, e fixaram as diretrizes iniciais para o entrosamento de medidas comuns, mais aconselháveis à rápida evolução econômica dessas unidades. O prosseguimento dessa norma de ação pela Comissão Executora, permitirá, proximamente, que a elaboração dos orçamentos estaduais obedeça ao mesmo plano de soerguimento nacional.

* * *

Todos nós conhecemos as dificuldades que ainda existem, no nosso meio, em relação à coleta de elementos seguros, estatísticos e informativos gerais que permitam a elaboração de qualquer trabalho de caráter econômico.

A comissão elaboradora do PLANO SALTE lutou também com essas dificuldades. Não lhe bastava, para a tarefa que tinha pela frente, a especialização técnica de seus componentes. Precisava do apoio de um grande acervo de dados positivos, informadores e estatísticos, além dos estudos locais a que procedeu. Coligiu elementos abundantes e nêles se estribou para a execução do trabalho. Todavia, apesar de todo o cuidado dedicado à sua obra, muitas falhas existirão e muitos erros terão sido cometidos.

Entretanto, nenhum deles poderá ser citado com segurança e honestamente, desde que, em virtude das deficiências já expostas, a comprovação do êrro pressuposto será impossível. Só durante a execução do Plano é que a sua Comissão Executora constatará as falhas e os erros existentes, e providenciará a sua correção. Para isso, são necessários: autonomia e amplitude de ação executora e administrativa, a capacidade técnica supletiva e o prestígio oficial indispensáveis ao órgão executor.

Em planejamentos nacionais, só a prática corrente de seu exercício confere capacidade elaboradora, crescentemente melhorada. Nunca, entretanto, essa capacidade, por aprimorada que seja, chegará à perfeição. Esta não poderá ser senão relativa desde que se refere a um alvo complexo por excelência em virtude da sua própria estrutura física, geológica, climática, agrícola, cultural, religiosa, social e econômica, o qual é a própria nação, seja capitalista ou socialista.

Não podemos furtar-nos à citação dos maiores exemplos de planificação nacional da atualidade entre os quais se salientam os da Inglaterra, França, Tchecoslováquia, Polônia, Argentina e Rússia. Para só citar um país que executa a planificação nacional, vamos nos referir à Polônia: em 1946 exportou 273,5 milhões de dólares, um pouco menos do que em 1939, antes da guerra; em 1947 — 563,5 milhões de dólares e em 1948, 1.033,6 milhões de dólares. A Rússia executa agora o seu quarto plano quinquenal e sua experiência planificadora vem-se apurando crescentemente. Terminado o seu 5.º plano agora em elaboração, foi previsto que a produção industrial russa, "per capita", será igual a dos Estados Unidos, maior, portanto, em números absolutos. Antes da planificação de sua economia, a Rússia era um país de pequenos produtores, fundamentalmente agrícola e feudal, com enormes latifúndios, tal como ocorre entre nós.

Apesar da situação conseguida e de todos os numerosos órgãos técnicos especializados que possui, e que de ano para ano são melhorados; a despeito de sua organização social facilitadora de ação dirigida; cada plano elaborado cuidadosamente e em tempo útil, sofre modificações acentuadas e mesmo profundas na sua fase de realização, por força de erros cometidos mas que só a prática executora demonstra. Conforme já disse alguém, a teoria se transforma em prática, vivifica-se na prática, corrige-se pela prática, comprova-se pela prática e a prática se transforma em nova teoria. Ali, cada plano antes de sua execução,

passa por crivos corretores e pesquisas de imperfeições. Apesar desses cuidados, a grande mestra que é a execução, focaliza os pontos fracos e as falhas que não puderam ser assinaladas no período dos estudos, para só então serem submetidos às necessárias correções.

* * *

Acusações inúmeras têm sido formuladas contra o Plano Salte. Algumas delas o fizeram dentro do próprio Congresso que lhe enxertou um respeitável número de emendas, umas com intenção de corrigir e outras de ampliar sua ação. Seria necessário o desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente hercúleo para analisar, discutir e demonstrar a procedência ou improcedência das acusações e das emendas formuladas, assim, como, das ampliações introduzidas ao projeto. Isto não foi possível porque o único órgão credenciado para fazê-lo seria a sua própria Comissão Elaboradora que automaticamente foi dissolvida após terminada sua tarefa.

Entretanto, não nos furtaremos à citação de uma dentre as muitas emendas apresentadas. O Plano, considerando a produção agrícola brasileira em função do seu custo, do braço disponível, da área cultivada, das necessidades atuais e da imprescindível urgência de defesa dos nossos solos, estudou a mecanização agrícola no duplo sentido de serem fixados não só o aparelhamento mecânico quantitativamente indispensável, como no qualitativo sob o aspecto das características técnicas mais modernas e recomendáveis às nossas condições. Todavia, uma das alterações introduzidas no Plano pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Srs. Deputados foi a de ser destacada verba para a importação de enxadas...

Senhores! Estamos em plena época da técnica que se sobrepõe, em todos os setores de atividade, aos processos obsoletos. Imaginemos que o Exército Nacional, no afã de aperfeiçoar o seu aparelhamento material no sentido técnico atualizado, incluísse em programa de reequipamento, quando as armas automáticas, o lança-chamas, os tanques e aviões evoluem de dia para dia, a necessidade da importação de gládios, alabardas e bestas...

A enxada não foi impugnada. Ela, entretanto, só deverá permanecer onde o trator não possa penetrar ou não tenha cabimento econômico.

Houve mesmo a afirmativa de que o PLANO SALTE não constitui plano algum, significando apenas um amontoado de indicações e de provisões recomendadas. Todavia, não disseram ainda, êsses críticos, em que consiste um planejamento e quais as suas características identificadoras. Esses mesmos economistas, já deverão ter tido conhecimento, entre outros, do Plano Taub, do Plano Monnet ou mesmo do Plano Peron para estabelecerem possíveis paralelos com o SALTE.

* * *

Estivemos presentes à conferência de Araxá, integrando delegação da Sociedade Nacional de

Agricultura. Ali as classes produtoras, examinando e discutindo os seus problemas, clamaram pela produção, por mercados, por transportes, por assistência social e por energia.

Solicitava-se crédito direto; mecanização agrícola; combate à erosão; conservação e fertilização do solo; combate a pragas; maior produção vegetal e animal; conservação, transportes e distribuição da produção. Enfim, o PLANO SALTE foi solicitado na sua íntegra e na presença de inúmeros parlamentares que ali compareceram. Apesar disso, houve tese de um órgão comercial de classe, de grande projeção no país, combatendo o seu Setor Alimentos! Essa atitude é, entretanto, perfeitamente compreensível e lógica a todos quantos conhecem o processamento habitual, em nossa terra, das relações entre o comércio e o produtor agrícola.

Foi o Plano combatido por sua inconstitucionalidade, esquecidos que estavam de que o mesmo já fôra aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça das duas casas do Congresso!

Foi focalizado o perigo do estabelecimento de monopólios oficiais e da interferência do Estado na iniciativa privada, tanto comercial como industrial, pelo que, naturalmente, têm interesse na manutenção dos preços vigorantes para produtos capitais à economia agrária, tal como acontece com os fertilizantes. Por isso, a livre iniciativa privada deverá permanecer resguardada pela liberal democracia! Essa mesma liberdade de iniciativa privada, imediatista quanto a lucros, e míope para as grandes necessidades nacionais que não ofereçam pronta remuneração, deverá ser mantida... Todo o campo econômico brasileiro, decadente e defeituoso por fôrça dessa mesma liberdade de iniciativa privada, terá que permanecer ao seu sabor!

Entretanto, nem mesmo o cerceamento dessa liberdade de iniciativa privada o Plano estabelece. Ele apenas determina a intervenção meramente supletiva do Estado, quando aquela não funcionar construtivamente. Todavia, a grita pela defesa da iniciativa privada livre de peias tem como causa principal o temor aos monopólios oficiais, um dos quais o Plano estabeleceu como necessário. E' o que se refere à exploração de depósitos de fertilizantes fosfatados, ao lado da necessidade fiscalizadora da sua indústria. A justificação dessas medidas reside apenas na citação do seguinte fato: de 1936 para 1948, o superfosfato de produção nacional teve o seu preço elevado de 902%.

Meus Senhores! A democracia liberal em nossa terra foi e é cultuada pelo coração, pela índole do espírito brasileiro, pela inteligência e pela cultura da nossa gente! Todavia, entre o ano de 1900 e o de 1949 não transcorreu meio século, apenas. Cavou-se um largo e profundo abismo nesse lapso de tempo. Todos sentimos, entristecidos e penalizados, que a tranquilidade espiritual daquele tempo já não existe. E se dependesse de nossa vontade a volta àquele saudoso estágio social desaparecido, estou certo que não vacilaríamos em esforços para consegui-lo. O capitalismo de então evoluiu tremendamente, impondo hoje, ao Estado, providências defensivas do interesse geral em conflito, quase permanente, com a índole avassaladora do ca-

pitalismo atual, crescentemente concentrado e por isso mesmo de controle mais difícil, tal o seu poderio. Nessas condições as democracias foram forçadas a uma evolução proporcional às contingências da nossa época, contemporânea de um capitalismo hipertrofiado, incompatível com o liberalismo. Se observarmos a evolução das democracias americana e inglesa, nos últimos 50 anos, verificaremos também o quanto permanecem vulneráveis, ainda hoje, aos cartéis e trustes, a economia e o bem público brasileiros, no duplo sentido social e material, pela manutenção do velho consenso da liberal democracia. O sentido social do mundo atual impõe evolução e adaptação, ou desaparecimento, que são as mesmas contingências imperativas para o indivíduo e para a coletividade biológicas.

Tivemos oportunidade de examinar, no decorrer desta palestra, a atual situação econômica brasileira, e a sua gravidade diante de um mundo carecente de recursos monetários para intercâmbio e por isso mesmo em contínuos esforços para auto-suficiência. Verificamos, também, por força, principalmente, dessa mesma situação monetária, a tendência acentuada de desenvolvimento da produção colonial africana, no propósito de suprir as metrópoles europeias.

Sentimos os efeitos do exagerado isolacionismo brasileiro em relação aos mercados da órbita socialista, quando as próprias potências capitalistas não desprezam as oportunidades comerciais que oferecem, e servem como nossos intermediários, onerando insuportavelmente o valor dos produtos nacionais exportados, restringindo, portanto, o escoamento dessa produção, em benefício exclusivo de intermediários monopolistas estrangeiros.

Encontra-se, portanto, o Brasil numa situação tremendamente embaralhada, defrontando-se com um ascendente custo interno de vida, por força de produção estagnada quando não decadente, como efeito da política financeira adotada; com os seus índices de exportação em decadência determinantes de menor produção de divisas, e com as suas importações essenciais prejudicadas por essa mesma deficiência de divisas; com os seus custos internos de produção de tal sorte elevados que nos impossibilitam de concorrer na exportação lucrativa; com uma nova e vitoriosa competidora que é a África, na produção de matérias-primas e produtos tropicais, por força da sua própria situação colonial e do custo de sua mão-de-obra.

Dante dessa situação e das ameaças de futuro pior, ficamos todos apreensivos e alarmados, principalmente porque não notamos providências eficazes de reação a esses aspectos obscuros do nosso atual quadro econômico e social.

Parece-nos que a par de providências gerais que imprimam à nossa vida de relação internacional um sentido ativo, torna-se urgente que elevemos o padrão interno de vida pelo aumento do poder aquisitivo, que deverá resultar de maior pro-

dução por menor custo, mediante a execução de toda uma série de providências já programadas e contidas no PLANO SALTE.

* * *

No transcurso da vida nacional poucas vezes temos observado incongruências como a que presentemente se consta. Todos reconhecem a gravidade da situação econômica do momento. Todavia, teme-se a aplicação das medidas estudadas que os males presentes estão a indicar. Enquanto a família e os demais parentes do enfermo discutem e debateram sobre o regime de tratamento indicado ao paciente, o estado geral deste se agrava de maneira a tornar possível até a caducidade do tratamento anteriormente aconselhado e em discussão. O essencial, no momento, é sair do ponto morto em que nos encontramos.

As medidas corretoras indispensáveis à recuperação econômica desejada por toda a nação, imporão procedimento reconstrutivo ordenado, daqui para o futuro, pois que só dentro de 4 ou 5 lustros o país poderá gozar dos resultados obtidos. No caso do café, por exemplo, a volta do país à liderança dessa economia, levará tanto tempo quanto o decorrido no seu processo de decadência, desde que o nosso procedimento seja atento, inteligente e de ação contínua.

A inércia, resultante das discussões estéreis e paliativas, permanece. Enquanto isso, a nação deriva ao sabor dos elementos.

Não usaremos aqui a clássica expressão de que ela, finalmente, se despenhe para o fundo do abismo, em cuja borda se situou por muito tempo, conforme expressões tão nossas conhecidas. Não, ela se readjustará ao pior, novamente, daqui para a frente, como já o tem feito no passado, em níveis de vida cada vez mais baixos na escala do mundo em marcha. Ficaremos nós, à beira da estrada do progresso, na postura triste do nosso Jeca à soleira do seu arruinado rancho cismando melancólicos e resignados, opilados de alma, de inteligência e de espírito, vendo o desfile de outras nações para objetivos e destinos elevados.

Meus Senhores! A resignação só é qualidade quando indispensável ao se enfrentar situações fatais, ou por força de sofrimentos e dissabores necessários à consecução de determinados fins. No mais, ela é defeito grave. Entre os povos, a resignação vai até certo ponto, para depois gerar a violência. E' a apostasia que precede a reação. E a história do mundo é farta em exemplos dessa natureza, recentes e passados. A conjuntura atual não comporta mais nem cismares nem meditações, e sim, ação corajosa e consciente.

Resta, portanto, como última esperança do país, que os órgãos ativos da nação, cônscios das suas responsabilidades cívicas, reconheçam a gravidade da nossa situação diante do momento mundial, para agir desassombrada e efetivamente na reconstrução nacional.